

P. 7/2014

## ----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS. -----

----- No dia três de Abril de dois mil e catorze, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o seguinte contrato com os outorgantes:-----

## -----PRIMEIRO-----

----- Senhor Dr. José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIF 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

## -----SEGUNDO-----

----- Pedro Rafael Oliveira Martins, solteiro, maior, natural de Nova Lisboa, Angola e residente na Urbanização Valrio, Lote 9, 2º Fre. Viseu, com o NIF 176 452 800 e o cartão de cidadão número 09259626, válido até 18/09/2018, emitido pela República Portuguesa, com poderes para outorgar em representação da Sociedade Anónima Auto Martinauto, S.A., com o NIPC 502 853 662, com sede na freguesia de Abraveses, Concelho de Viseu, conforme verifiquei por Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em três de Dezembro de dois mil e treze, que arquivo sob o número um e por procuração datada de 14/03/2014, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo pela exibição do mencionado documento de identificação. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 18/03/2014, que arquivo sob o número três, foi adjudicado à firma aqui representada

pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a aquisição de duas viaturas, de acordo com a sua proposta datada de 14/03/2014, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 28-03-2014, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cinquenta e dois mil novecentos e vinte e dois euros e oitenta e oito cêntimos, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- O preço referido no parágrafo anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público. -----

----- O prazo para entrega das viaturas é de três dias após a adjudicação, para a viatura ligeira de cinco lugares. Relativamente à viatura Boxer, o adjudicatário terá de efetivar a sua entrega no prazo máximo de cem dias, após a adjudicação, com as transformações concretizadas, de acordo com o artigo 8º do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- O presente contrato tem por objeto principal a aquisição de duas viaturas. ----

----- São obrigações do segundo outorgante as constantes do artigo 7º do Caderno de Encargos. -----

----- A garantia dos bens objeto do presente contrato é obrigatória e gratuita durante o período de dois anos. -----

----- Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o Município de Tondela, por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo de três dias à inspeção dos bens, averiguando se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos. -----

----- O pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias após a emissão das respectivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva. -----

----- Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

----- A faturação deve mencionar a denominação do concurso. -----

----- Pelo incumprimento das obrigações emergentes deste contrato, o Município de Tondela pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, nos termos do artigo 14º do Caderno de Encargos. -----

----- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem designadamente nos serviços constantes das subalíneas (i) e (ii) da alínea (a) do número 4 do artigo 14º do Caderno de Encargos. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação, com todas as obrigações que deste contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte e três por cento, no montante de doze mil cento e setenta e dois euros e vinte e seis cêntimos, é de sessenta e cinco mil e noventa e cinco euros e catorze cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em vinte e um de janeiro de dois mil e catorze pelo Serviço de Finanças de Viseu, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em sete de Janeiro de dois mil e catorze, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 88º do C.C.P., é dispensada a apresentação de caução. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-06-02, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 13426/2014, datado de 31/03/2014. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, que este fornecimento terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Oficial Público:  \_\_\_\_\_